

## **A relação indireta, porém, imprescindível entre trabalho doméstico e a determinação do valor da força de trabalho**

The indirect, but essential, relationship between domestic labour and the determination of the workforce's value

Clara Saraiva<sup>1</sup>

Resumo: À luz da crítica da economia política e da chamada teoria da reprodução social (TRS), busco relacionar o valor da força de trabalho com a sua reprodução social, em particular, com o conjunto de funções realizado nas unidades familiares considerado como trabalho doméstico. A partir de estabelecer a unidade contraditória entre produção e reprodução social, busco destrinchar a reprodução social da força de trabalho nas diferentes esferas e dimensões em que é realizada. Identifico de que forma o trabalho doméstico impacta na determinação de valor da força de trabalho, delineando o status teórico do trabalho doméstico gratuito e remunerado. Tais definições tem como objetivo ajudar a compreender as bases materiais da opressão de gênero e raça na sociedade capitalista e estabelecer a relação indireta, porém imprescindível, entre trabalho doméstico e valor. Assim, podemos perceber como o capital se beneficia deste trabalho para a sua acumulação e reprodução ampliada. Por fim, termino o texto expondo criticamente o debate entre autoras do feminismo da reprodução social sobre o caráter produtivo (ou não) do trabalho doméstico, e a campanha “Salários para o Trabalho Doméstico”. Este texto apresenta resultados parciais da minha pesquisa de mestrado.

Palavras-chave: valor; trabalho doméstico; reprodução social; capital; feminismo marxista.

Abstract: Under the critique of political economy and the so-called social reproduction theory (SRT), I seek to relate the value of the workforce with its social reproduction, in particular, with the set of functions performed in family units considered as domestic labour. Starting from establishing the contradictory union between production and social reproduction, I seek to disentangle the workforce social reproduction in the different spheres and dimensions in which it is carried out. I identify how domestic labour impacts the determination of the workforce's value, outlining the theoretical status of free and paid domestic labour. Such definitions aim to help understand the material bases of

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

oppression of gender and race in capitalist society and to establish the indirect, but essential, relationship between domestic labour and value. Thus, we can see how capital benefits from this work for its own accumulation and enlarged reproduction. Finally, I conclude by exposing the debate between authors of social reproduction feminism regarding the productive (or not) character of domestic labour, and the campaign “Wages for Housework”. This text presents partial results of my master's research.

Keywords: value; domestic labour; social reproduction; capital; marxist feminism.

Texto:

*Não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue de maneira determinante o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade. (LUKÁCS, 2003, p. 21)*

### **Totalidade como síntese de múltiplas determinações: a unidade contraditória entre produção e reprodução social**

O capitalismo só pode ser compreendido se encarado como uma totalidade complexa e repleta de determinações. A centralidade do processo produtivo e da extração de mais-valor para o capital também determina as necessárias condições para sua própria reprodução, numa relação intrínseca e dialética que ultrapassa as fronteiras de uma determinação apenas econômica e se expressa em níveis políticos, ideológicos, culturais, etc. Sem compreender essa unidade contraditória, dialética e sua relação de determinação, é impossível perceber o funcionamento do modo de produção capitalista em sua totalidade.

Não se trata, portanto, de estabelecer hierarquias, graus de importância, mas compreender as relações de determinação como momentos de uma totalidade que se articula. Uma metáfora com o corpo humano exposta por Tithi Bhattacharya (2020) na oficina que deu em conjunto com Cinzia Arruzza na última edição presencial do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, em 2019, ajuda a elucidar a questão.

Tentar entender o sistema capitalista como um todo olhando apenas para como o mais-valor é extraído é como querer entender o ser humano olhando apenas para como seu coração bate. Um ultrassom do coração pode me dizer muito pouco sobre alguém: em todo caso, pode me dizer que o coração está indo bem (e o coração é o órgão vital do corpo), mas nada pode dizer sobre a pessoa. Da mesma forma, a produção de valor e a extração de mais-valor via exploração é a parte pulsante do sistema, mas limitando-nos a olhar para isso

entenderemos pouco sobre o sistema como um todo. Dito isso, gostaria de voltar à questão das hierarquias entre produção e reprodução. O que devemos ter sempre em mente é que, embora possa não haver hierarquia em termos políticos, a extração do mais-valor e o processo de acumulação têm efeitos condicionantes no sistema como um todo. O processo de trabalho, a forma como o mais-valor é extraído, a quantidade de mais-valor extraído, todos esses fatores têm efeitos condicionantes no sistema como um todo. Eles determinam a duração da jornada de trabalho, determinam que tipos de lutas são necessárias; se a taxa de lucro cair, ele determina quais serviços sociais são cortados, etc. Isso não significa que o capital tenha controle direto sobre a esfera reprodutiva, mas significa que a acumulação de capital tem efeitos condicionantes sobre o sistema como um todo. (ARRUZA, BHATTACHARYA, 2020, p. 45)<sup>2</sup>

Assim como o coração precisa do corpo para funcionar, a produção capitalista precisa da reprodução social para acontecer, em uma relação de unidade contraditória, de dependência relutante. Para conquistar seu objetivo de ampliação constante da taxa de lucro, precisa diminuir em proporção a força de trabalho (mesmo que em termos absolutos ela possa aumentar) em relação aos meios de produção, o que por sua vez faz cair, *tendencialmente*, a taxa de lucro do processo produtivo, gerando uma contradição a qual está, constantemente, submetido. Marx dá a esse fenômeno o nome de lei geral da acumulação capitalista, decorrente da lei da queda tendencial da taxa de juros.

O capital convive, portanto, com uma eterna contradição: precisa empregar e explorar trabalhadores para usufruir de sua capacidade de trabalho e de valorização do valor, gerando mais-valor, ao mesmo tempo em que precisa empregar mais e melhores tecnologias para concorrer em melhores condições no mercado, o que leva a queda tendencial da taxa de lucro e às crises cíclicas. E eis a insuperável contradição da sociedade capitalista: uma produção social e uma apropriação privada. Ou melhor, a produção de mercadorias subordinada ao interesse de uma parte, e não de toda a espécie humana, calculada pela disponibilidade de troca no mercado, pela possibilidade de vir a ser lucro, e não pelas necessidades sociais em escala crescente de possibilidades. Uma sociedade com a produção toda organizada a serviço do valor de troca das mercadorias, e não do seu valor de uso, do que tem de suprimento das necessidades humanas.

Sob o capitalismo, para garantir a renovação de suas condições de produção, precisa garantir o que podemos chamar de *reprodução ampliada*, subordinada à lógica da acumulação de capital. Se “produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção”, também é verdade que as condições de venda da força de trabalho implicam na necessária “revenda contínua e a reprodução constantemente ampliada da riqueza como capital”

---

<sup>2</sup> Todas as citações deste texto têm tradução livre da autora.

(MARX, 1984, Livro I, p. 719-720). Podemos afirmar, então, que todo o processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução. É evidente que nem todo aspecto da reprodução das condições de produção produza valor. O Estado, as forças armadas, a família, a escola pública, a ciência, a cultura, a política, a ideologia; todas fazem parte da reprodução das condições de produção, ou da reprodução social total<sup>3</sup>, mas de acordo com Marx, elas não são *em si* produção de valor.

De qualquer forma, “se a produção tem a forma capitalista, também a terá a reprodução” (MARX, 1984, p. 660). Essa simples frase diz muito sobre a determinação das relações sociais que formam o sistema capitalista, já que mesmo a atividade realizada dentro de casa, como limpar ou cozinhar, que possui um distanciamento do processo produtivo, está vinculada – ainda que indiretamente – às legalidades do capital. E isso acontece porque, na medida em que o capital se produz e se reproduz, também se produz e se reproduz as relações de classe do capitalismo. Não existiria capital sem trabalho assalariado. Ou, nas palavras de Marx: “A produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e do outro, o assalariado.” (MARX, 1984, p. 673).

As relações sociais de classe no capitalismo só podem ser compreendidas em sua dimensão de conflito, de oposição. Como afirma Bensaid (1999), “A noção de classe, segundo Marx, não é redutível nem a um atributo de que seriam portadoras as unidades individuais que a compõe, nem à soma dessas unidades. Ela é algo diferente. Uma totalidade relacional e não uma simples soma.” (BENSAID, 1999, p. 147). Não há como definir classe senão em sua relação conflitual com outras classes. E o mesmo podemos dizer do conjunto de relações sociais de dominação, alienação e opressão, que marcam as relações de classe no capitalismo.

A lógica capitalista é *determinante* no sentido dialético da palavra: a lógica de acumulação e expropriação demanda certas relações de gênero e outras não, mesmo se essas relações podem exceder tal lógica. Ao mesmo tempo, essas relações de gênero – reciprocamente determinantes de, e determinadas por, relações raciais e outras ainda – constituem o capitalismo. Elas estão entre as forças sociais reais, a realidade vivida, através da qual a lógica de acumulação e expropriação opera. (FERGUSON, 2017, p. 26)

---

<sup>3</sup> Há distintas terminologias para tratar da mesma coisa, como reprodução ampliada, reprodução social total, ou, ainda, reprodução societal: “Johanna Brenner, por exemplo, sugere distinguir entre “reprodução societal” (para se referir à reprodução do sistema capitalista como um todo) que seria adequada para o significado althusseriano, e “reprodução social” para se referir à reprodução da força de trabalho, que seria o significado do feminismo marxista.” (ARRUZA, BHATTACHARYA, 2020, p. 40)

Já que partiremos da compreensão desta totalidade para esmiuçar as bases materiais da opressão de gênero e raça, em como se desenvolve a reprodução social da força de trabalho e, particularmente, como o trabalho doméstico se relaciona com a determinação de valor da força de trabalho, é preciso que compreendamos categorias chaves para traduzir a crítica da economia política para o nosso objeto.

### **Determinando o valor da mercadoria força de trabalho**

A produção de mercadorias sempre está vinculada a dois pares categoriais que Marx conceitua em *O Capital*: valor de uso e trabalho concreto; e, ainda, valor/valor de troca<sup>4</sup> enquanto relação social e trabalho abstrato enquanto trabalho humano homogêneo, ou tempo de trabalho socialmente necessário para produzir tal produto. Mas então, como no processo de produção de mercadorias se estabelece o mais-valor?

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente). (MARX, 1984, p. 220)

Este equivalente do valor da força de trabalho pago pelo capital, como coloca Marx, se materializa em forma de salário e pode ser conceituado como o trabalho necessário diante de uma jornada de trabalho, sendo o trabalho excedente o tempo de trabalho equivalente a produção do valor excedente. O que o trabalhador produz é riqueza em forma de valor, em forma de capital, e uma parcela deste capital apropriado será destinado ao pagamento do salário da força de trabalho. Não se deve confundir a determinação do valor da força de trabalho com a sua apropriação em forma de salário. Ou seja, valor da força de trabalho não é determinado ou produzido pelo trabalho necessário, mas este é apenas o equivalente, em termos de tempo de trabalho, ao seu valor. Então de que forma é determinado o valor da força de trabalho?

---

<sup>4</sup> A diferença entre valor e valor de troca está na forma como se apresentam em diferentes níveis de abstração, sendo o primeiro mais abstrato, essencial, e o segundo em um nível mais concreto, mais aparente. O valor de troca de uma mercadoria pode se modificar mesmo que o valor não se modifique, já que o valor de troca é uma proporção de troca de uma mercadoria em relação à outra, mesmo que o valor, o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, não mude.

O valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela incorporado. Não é mais que a aptidão do indivíduo vivo. A produção dela supõe a existência deste. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para manter-se precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. A força de trabalho só se torna realidade com seu exercício, só se põe em ação no trabalho. Através da sua ação, o trabalho, despende-se determinada quantidade de músculos, de nervos, de cérebro, etc., que se tem de renovar. Ao aumentar esse dispêndio, torna-se necessário aumentar a remuneração. (...) Demais, a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares. Um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho, o que a distingue das outras mercadorias. (MARX, 1984, p. 191)

Tal citação de Marx é bastante elucidativa. A partir dela, podemos afirmar que o valor é determinado a partir do tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução, lembrando que “o valor de uma mercadoria não é determinado pela quantidade de trabalho que nela realmente se corporifica, mas pela quantidade de trabalho vivo necessário para produzi-la” (MARX, 1984, p. 619). E já que a reprodução é garantida por meios de subsistência, Marx conclui então que o valor da força de trabalho seria equivalente ao valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção; ou mais especificamente ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dos meios de subsistência. Tais meios de subsistência seriam adquiridos no mercado por um preço, e seriam pagos pelo salário do trabalhador. Mas, então, como se determina o salário a partir da relação com o valor da força de trabalho?

Conforme Marx (1984) explicita no livro III de *O Capital*, o valor das mercadorias pode ser considerado como o *centro gravitacional* onde as flutuações e modificações dos preços têm como referência, como determinação fundamental. Dito em outras palavras, o valor é a determinação lógica, *qualitativa*, dos preços, que se expressa dialeticamente em distintas unidades quantitativas. “A hipótese de que as mercadorias dos diferentes ramos se vendem pelos valores significa apenas que o valor é o centro em torno do qual gravitam os preços e para o qual tendem, compensando-se, as altas e baixas.” (MARX, 1984, livro III, p. 202).

Disso podemos concluir que o valor da força de trabalho irá servir de centro gravitacional para a definição do preço da força de trabalho, o salário, que será combinado a um elemento histórico e moral: “*tempo de trabalho necessário à sua produção, e por consequência, a sua reprodução*” é relativo em alguma medida, já que é determinado pelo “grau de civilização de um país” (MARX, livro III, p. 202). Daniel Bensaid (1999, p. 277) aponta uma conclusão fundamental: “Se a força de trabalho enfeixa um elemento moral e histórico, se sua reprodução compreende o revezamento das gerações, a determinação do tempo de trabalho socialmente necessário para essa reprodução pressupõe... a luta de classes!”. Ou seja, a correlação de forças entre capitalistas e trabalhadores em um dado país/região e época histórica é, também, elemento determinante para mensurar valor e salário da força de trabalho.

### **Como se produz e reproduz a força de trabalho?**

No desenvolvimento histórico-social e na produção e reprodução do capital, o trabalho passa a ser uma *relação social* na qual o trabalhador entrega o valor de uso de sua força de trabalho a um capitalista que detém os meios de produção, e que emprega essa *força de trabalho* para produzir mercadorias e acumular capital, gerando aí sim, valor e mais-valor. A força de trabalho, ainda que seja uma mercadoria como tantas outras, possui duas características especiais que devem ser consideradas: (1) é a única capaz de produzir mais-valor; (2) não pode ser “produzida” de forma capitalista.

Em relação à primeira característica, fica evidente a sua centralidade já que, como afirmamos, a essência do capitalismo é a produção de mais-valor. Na medida em que o trabalhador consome os meios de produção pertencentes ao capitalista para a realização do seu trabalho, transforma-os em um produto que conterá mais-valor, processo que Marx denomina como *consumo produtivo* (MARX, 1984, Livro I, p. 666). Nesse processo, portanto, a força de trabalho é capaz de valorizar o valor, produzindo o mais-valor que estará contido no produto final e que será realizado (consumado) no processo de circulação quando a mercadoria for vendida.

Da segunda característica especial da força de trabalho, podemos concluir que já que não é possível que máquinas ou um processo capitalista “produzam” novos trabalhadores, o capital depende da reprodução biológica da espécie humana. E mais do que “produzir” novos seres humanos, há uma série de processos necessários para fazer o trabalhador se reproduzir no dia a dia. Portanto, a primeira característica – ser capaz de

produzir mais-valor – só se efetiva na medida em que a segunda acontece: a reprodução social da força de trabalho.

Em *O Capital*, além do que chamou de *consumo produtivo*, Marx desenvolveu o conceito de *consumo individual*, que seria o consumo dos meios de subsistência para a reprodução do trabalhador ou, em suas palavras, para “reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores” (MARX, 1984, p. 666).

Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora, portanto, transforma os meios de subsistência, proporcionados pelo capital em troca de força de trabalho, em nova força de trabalho explorável pelo capital. *É produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador.* O consumo individual do trabalhador constitui fator da produção e reprodução do capital, processe-se dentro ou fora da oficina, da fábrica etc., dentro ou fora do processo de trabalho, do mesmo modo que a limpeza da máquina, ocorra ela no processo de produção ou em determinadas pausas. Pouco importa que o trabalhador realiza seu consumo individual tendo em vista sua própria satisfação e não a do capitalista. As bestas de carga saboreiam o que comem, mas seu consumo não deixa, por isso, de ser um elemento necessário do processo de produção. A conservação, a reprodução da classe trabalhadora, constitui condição necessária e permanente da reprodução do capital. *O capitalista pode tranquilamente deixar o preenchimento dessa condição por conta dos instintos de conservação e de perpetuação dos trabalhadores.* (MARX, 1984, p. 666, grifo nosso)

Reforçando as palavras de Marx acima, o consumo individual proporciona a “produção e reprodução do meio de produção *mais imprescindível* ao capitalista, o próprio trabalhador”, por ser detentor da única mercadoria, a força de trabalho, capaz de gerar mais-valor. Queremos chamar atenção ao fato de que, neste trecho, Marx deixa claro que o consumo individual do trabalhador é fator da produção e reprodução do capital, seja dentro ou fora do processo de trabalho. Isso porque é condição absolutamente indispensável para a roda do capital girar, seja por garantir a renovação de energias do trabalhador para mais um dia de exploração ou, ainda, a renovação geracional da classe trabalhadora. E ainda, porque tal consumo realiza o mais-valor contido nos produtos que compõem sua cesta básica de reprodução.

O que uma série de teóricas feministas chamam a atenção, neste trecho, é para o raciocínio de Marx de que o capitalista poderia deixar a reprodução dos trabalhadores por conta dos seus “instintos de conservação e perpetuação”. Na realidade, o processo de reprodução social da força de trabalho, até mesmo por ser “imprescindível ao capitalista”, é fruto de importantes investidas, tanto no nível material e objetivo, quanto no ideológico

e espiritual. Envolve um jogo de forças complexo, contraditório, entre capital, trabalhadores e Estado capitalista, atravessado historicamente pela luta de classes. Como afirma Vogel (2013)<sup>5</sup>, “Diversas características da reprodução da força de trabalho e da opressão das mulheres na sociedade capitalista surgem da lógica da acumulação capitalista em si.” (VOGEL, 2013, p. 198).

É possível afirmar que produção e reprodução do capital ditam a reprodução da classe trabalhadora. Mesmo que na aparência exista uma independência do trabalhador – até “*as bestas de carga saboreiam o que comem*” (MARX, 1984, p. 666), ela deve ser relativizada. Ainda que não esteja preso por grilhões como o escravo romano, como afirma Marx, o trabalhador está “preso a seu proprietário por fios invisíveis”, mesmo havendo “mudança contínua de seus patrões e a ficção jurídica do contrato” (MARX, 1984, p. 667). Ou, poderíamos acrescentar, ainda que tenha uma aparente autonomia para decidir com quem vai casar, quantos filhos quer ter, que produtos vai comprar no mercado, o que será feito para o almoço, o que quer fazer com seu tempo livre, os “*fios invisíveis*” ainda estão ali, assombrando nossas vidas e limitando nossas escolhas. E, de acordo com a posição social que ocupa, suas condições de vida estarão mais ou menos limitadas. Afirmar isso não é absolutizar a dominação do capital, mas até pelo contrário, compreender que as esferas da luta de classes vão muito além da relação de exploração que se estabelece no local de trabalho. E que a relação entre as classes só é plenamente compreendida se observarmos seu conjunto e seus interesses estratégicos em oposição<sup>6</sup>.

Vogel (2013) e outras autoras com escritos mais recentes que retomaram seus esforços no que ficou conhecido como Teoria da Reprodução Social (TRS) se propõem a avançar na investigação dos processos de reprodução social da força de trabalho que não foram investigados por Marx, e que de acordo com elas são as engrenagens fundamentais da opressão à mulher no capitalismo. O desafio da TRS é determinar o status teórico da reprodução social da força de trabalho a partir da crítica da economia política e, a partir

---

<sup>5</sup> As citações utilizadas desta obra foram traduzidas pelo Grupo de Estudos de Teoria da Reprodução Social (GE-TRS).

<sup>6</sup> “(...) cada capitalista individual, assim como o conjunto dos capitalistas em cada esfera de produção particular, participa na exploração de toda a classe operária pelo conjunto do capital e no grau dessa exploração, não simplesmente por simpatia geral de classe, mas por interesse econômico direto, porque a taxa média de lucro depende do grau de exploração do trabalho total pelo capital total. (...) Isso demonstra com uma exatidão matemática por que os capitalistas, ainda que se comportem entre si como falsos irmãos na concorrência que se fazem, constituem não obstante uma verdadeira franco-maçonomia em relação ao conjunto da classe operária.” Portanto, as relações de classes não podem reduzir-se ao confronto entre patrão e operário na empresa. Social, a exploração pressupõe o metabolismo da concorrência, a formação de uma taxa média de lucro, a determinação do tempo de trabalho socialmente necessário.” (BENSAID, 1999, p. 160)

daí, compreender como a lógica do capital incide em todas as partes da vida dos trabalhadores.

### **Destrinchando a reprodução social da força de trabalho**

De acordo com Arruza (2020, p. 38), a reprodução social pode se dar em três esferas distintas. Em primeiro lugar, nas famílias, nos lares domésticos, de forma gratuita; também pela via do Estado, onde uma série de trabalhos de reprodução foram socializados em instituições públicas (escolas, hospitais, etc), avançando e retrocedendo conforme o desenvolvimento social e histórico e cruzado pela luta de classes; e, por fim, principalmente a partir do neoliberalismo, através de serviços privatizados que são uma enorme fonte de lucro ao capital (educação privada, planos de saúde, pensões, limpeza, etc), inclusive por meio da captura de parcela do fundo público (BEHRING, 2012)<sup>7</sup>.

Seja dentro dos lares, no âmbito público ou privado, as atividades de reprodução social são fortemente marcadas por um trabalho generificado e racializado; marcados, portanto, pela divisão sexual e racial do trabalho. Inclusive, é possível afirmar que a divisão sexual e racial do trabalho, seja no mercado de trabalho e seja o trabalho doméstico dos lares, se retroalimentam.

Trataremos da primeira esfera onde ocorre majoritariamente a reprodução social: através do trabalho doméstico nas unidades familiares<sup>8</sup>. A bem da verdade, o trabalhador e a trabalhadora pertencentes a um núcleo familiar, não reproduzem apenas a si mesmos, mas também garantem a reprodução de outras pessoas sob sua responsabilidade que não estão diretamente no processo produtivo: crianças, idosos, deficientes físicos, doentes, desempregados, etc. Portanto, quando falamos em reprodução social da força de trabalho,

---

<sup>7</sup> De acordo com Behring (2012): “A política social, descolada do keynesianismo e da inspiração Beveridgeana, vem sendo refuncionalizada e tensionada pela supercapitalização, termo de Mandel (1982) que busca caracterizar o espraiar do capital para zonas antes não mercantis. Trata-se de uma decorrência da supercapitalização, do excesso de liquidez de capitais que passam a buscar nichos de valorização industrializando determinados setores, a exemplo da saúde, da educação, da previdência social e outros.” (BEHRING, 2012, p. 178)

<sup>8</sup> Lise Vogel (2013, p. 8) afirma que, do ponto de vista teórico, “a reprodução da força de trabalho não está invariavelmente associada a agregados familiares privados, como o debate sobre o trabalho doméstico geralmente supunha. Em particular, não implica necessariamente um ou todos os seguintes itens: heterossexualidade, procriação biológica, formações familiares ou substituição geracional. No entanto, a maioria das sociedades de classe institucionalizou os processos de manutenção diária e de substituição geracional em um sistema de formas familiares heterossexuais. O fato de tais acordos serem empiricamente tão comuns provavelmente reflete suas vantagens – contestadas e constantemente renegociadas – em relação às alternativas.”

não estamos falando apenas de quem trabalha, mas do conjunto das famílias da classe trabalhadora.

Podemos sistematizar a reprodução social em três dimensões fundamentais:

- (1) a manutenção dos trabalhadores, produtores diretos;
- (2) a manutenção dos não-trabalhadores da classe trabalhadora;
- e (3) o processo de substituição geracional.

Destes, apenas o último contém, em parte, uma divisão sexual pré-determinada, já que apenas as mulheres (ou homens transexuais sem cirurgia de mudança de sexo) são biologicamente capazes de gestar, parir e amamentar novos seres humanos – que no capitalismo serão novos trabalhadores. Ainda assim, à mulher trabalhadora é repassado, de forma naturalizada e gratuita, um conjunto de responsabilidades voltadas à reprodução social da força de trabalho. Mais especificamente, ao que convencionou-se chamar de *trabalho doméstico*<sup>9</sup>.

Incluir a reprodução biológica como parte da reprodução social não é um reducionismo biologicista, mas encarar de frente o fato de que a espécie humana só se reproduz (ao menos, por enquanto) através de processos biológicos. Não é verdade que a causa da opressão da mulher seja o fato de que ela é capaz de produzir bebês, mas sim a transformação de uma questão biológica em uma questão social. É quando esse fato biológico é atravessado por relações sociais que organizam essa reprodução, condicionando sob a lógica do capital a gravidez, o parto, os primeiros cuidados, a amamentação, etc. (ARRUZA; BHATTACHARYA, 2020, p. 39). Assim como todo o resto, na sociedade capitalista a reprodução biológica é determinada socialmente, e, portanto, vem acompanhada de determinados padrões, limites, ideologias, como por exemplo a ideia da maternidade compulsória e a criminalização do aborto.

Arruza (2020) explicita a questão deixando claro que as atividades de reprodução social envolvem diferentes esferas da vida e vão muito além da reprodução biológica em si, ainda que esta tenha uma importância, literalmente, vital.

Em outras palavras, a reprodução geracional da força de trabalho implica, em primeiro lugar, que as trabalhadoras devem existir, isto é, devem ser produzidas biologicamente; mas em segundo lugar, que eles têm que se reproduzir diariamente: eles precisam recuperar as forças não só fisicamente, mas também mental e psicologicamente. E isso implica na socialização dos

---

<sup>9</sup> Aqui, incluímos também como trabalho doméstico as atividades referentes ao cuidado. Sobre a natureza das tarefas, aprofundaremos mais adiante; por enquanto todo o trabalho de cuidado dos filhos, idosos e outros membros da família também serão compreendidos, assim como as tarefas de limpeza, cozinha, arrumação, etc., como “trabalho doméstico”.

futuros trabalhadores, independentemente de eles terem chance de ingressar no mercado de trabalho e conseguir emprego. Neste ponto da reprodução geracional da força de trabalho, gostaria de destacar três elementos. Em primeiro lugar, falar de reprodução social implica falar de reprodução material e física da força de trabalho porque, como é evidente, se nossos corpos não estiverem vivos e saudáveis, não haverá reprodução social. Mas a reprodução social também inclui outras atividades destinadas a dar forma, a moldar as pessoas. Resumindo: não nascemos com uma propensão natural a trabalhar 8 ou 9 horas por dia ou a prestar atenção em uma aula por 3 horas em uma sala de aula (como você está fazendo aqui hoje). Isso não é natural para nós. Devemos ser disciplinados, devemos ser formatados para aguentar três horas sentadas em uma aula... e até curtir! Ou ficar horas sentadas em frente a um computador, ou no local de trabalho de uma fábrica e, mesmo que não gostemos disso, poder fazê-lo. Portanto, reprodução social também tem a ver com socialização. Em outras palavras, a reprodução de atitudes, predisposições, habilidades, qualificações; em certo sentido, é a reprodução da subjetividade e mesmo a internalização das formas de disciplina. (ARRUZA; BHATTACHARYA, 2020, p. 39)

Ter a dimensão de que os processos de reprodução social envolvem também a socialização, disciplinamento, educação, subjetividade, adaptação a uma determinada conduta, cultura, a uma posição de classe, ajuda a perceber o quanto está atravessado por ideologias, religiões e papéis sociais pré-determinados. Também nos leva a compreender que mesmo entre famílias trabalhadoras, a depender do bairro que se vive, da quantidade de cômodos na casa, se há saneamento básico, água limpa, se o ar é mais ou menos puro, se possui ou não eletrodomésticos para otimizar o trabalho de limpeza e cozinha, se há creches e escolas públicas de qualidade por perto, se há transporte barato em condições dignas, se a violência policial é uma constante que mata e impõe um terrorismo permanente; tudo isso determina as condições sob as quais as famílias garantirão sua reprodução social e formarão suas subjetividades. Dessa forma, percebemos que está completamente atravessada não só pela questão de gênero, como também pela questão racial e geopolítica. O problema do racismo, visto sob a ótica da reprodução social, se expressa para além de desníveis salariais e aprofundamento da competição entre trabalhadores brancos e negros, mas se impõe em todas as dimensões da vida.

A TRS pinta um quadro muito mais assustador: o racismo se desdobra no nível da reprodução da força de trabalho. Escolas, serviços de saúde, água e ar envenenados (porque suas casas são construídas perto de áreas contaminadas pela poluição ou resíduos industriais): todos esses processos contribuem para a construção de diferentes níveis de força de trabalho e também para a manutenção de ideias racistas na sociedade. O que propomos é uma análise do racismo que vai além do nível da troca para o domínio da própria produção da força de trabalho. Nesse sentido, é uma visão muito mais aterrorizante do racismo, mas também é uma ideia muito mais sólida de anti-racismo, porque analisa o racismo em todos os elos de sua construção: em qualquer desses elos o capital pode ser afetado. (ARRUZA; BHATTACHARYA, 2020, p. 42)

Sob qualquer aspecto da vida no capitalismo, as relações sociais entre as classes e, também, entre os membros da classe trabalhadora estão atravessadas pela opressão racial. É só através de um aprofundamento desta questão que podemos compreender porque o trabalho doméstico é tão identificado, na história do capitalismo, não só com as mulheres em geral, mas com as mulheres negras em particular, que muitas vezes trabalham em serviços domésticos nos lares de outras famílias e acumulam, ainda, as tarefas dos seus próprios lares.

### **Investigando o status teórico do trabalho doméstico**

Vogel, em sua obra clássica *Marxism and the Oppression of Women: toward a unitary theory*,<sup>10</sup> ([1983] 2013) faz um importante esforço teórico para conceituar trabalho doméstico a partir da crítica da economia política. Para isso, ela resgata os conceitos de trabalho necessário e consumo individual, e expõe os limites em Marx no sentido de compreender o conjunto do trabalho adicional necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora.

Marx nunca foi explícito sobre o que era coberto pelos conceitos de consumo individual e de trabalho necessário. Conforme discutido acima, o conceito de consumo individual esteve restrito aqui à manutenção imediata do produtor direto. O trabalho necessário é utilizado, entretanto, para descrever todo o trabalho realizado no curso da manutenção e renovação tanto dos produtores diretos quanto dos membros da classe subordinada que não estejam trabalhando como produtores diretos. (VOGEL, 2013, p. 149)

Se tanto consumo individual quanto trabalho necessário estão relacionados à manutenção e renovação dos trabalhadores, há uma necessidade de identificar onde o trabalho doméstico se localiza nesse processo. Vogel (2013), então, se aventura por uma conceituação do trabalho necessário contendo uma dupla dimensão, ou a partir de dois componentes que o integram: um *social* e um *doméstico*. O primeiro estaria vinculado ao valor ou preço da força de trabalho, o salário, que garantiria os meios de subsistência através do chamado consumo individual; já o segundo ocorreria fora da esfera da produção capitalista, caracterizando-se como trabalho doméstico. Vogel afirma que o “salário pode permitir que um trabalhador adquira mercadorias, mas um trabalho adicional – o trabalho doméstico – geralmente deve ser executado antes de elas serem

---

<sup>10</sup> Em tradução livre ao português: *Marxismo e a Opressão das Mulheres: por uma teoria unitária*.

consumidas.”, além de destacar que muitos dos processos de trabalho ligados à substituição geracional da força de trabalho são realizados como parte do trabalho doméstico. (VOGEL, 2013, p. 158-159). Assim como as mercadorias não vão ao mercado com seus próprios pés (MARX, 1984, p. 94), os meios de subsistência que compramos com os salários não nos alimentam e limpam as nossas casas por conta própria. É preciso um trabalho adicional para transformá-los.

### **Impactos do trabalho doméstico sobre o valor da força de trabalho**

Para relacionar trabalho doméstico e valor, precisamos em primeiro lugar responder à questão se este produz ou não valor. Vogel (2013), ao diferenciar os dois componentes do trabalho necessário, também destacou esta distinção:

Os componentes social e doméstico do trabalho necessário não são diretamente comparáveis, pois este último não tem valor. Isso significa que o componente social, altamente visível e muito valioso do trabalho necessário é acompanhado por um componente de trabalho doméstico obscuro, não quantificável e (tecnicamente) sem valor. Embora apenas um componente apareça no mercado e possa ser visto claramente, a reprodução da força de trabalho implica ambos. (VOGEL, 2013, p. 157)

Mesmo Vogel (2013), depois da publicação da sua obra em 1983, escreveu em uma nota de rodapé no apêndice a uma nova edição do seu livro publicado em 2013 relativizando a conceituação do trabalho doméstico como um componente do trabalho necessário<sup>11</sup>, mas reafirmando a necessidade de seu enquadramento à luz da crítica da economia política.

Essa discussão, que esclarece, mas não altera o meu argumento anterior (Vogel, 1983), agora me parece menos persuasiva. O que está claro, no entanto, é que, quer o trabalho doméstico seja conceituado como um componente do trabalho necessário ou não, o resultado final é que deve ser encontrada alguma maneira de teorizá-lo no interior da economia política marxista. (VOGEL, 2013, p. 193)

---

<sup>11</sup> Ferguson e McNally (2017, p. 46), na Introdução à reedição da obra de Vogel em 2013, reforçam a auto-crítica da autora afirmando que “O termo “trabalho necessário”, entretanto, tem um significado muito mais restrito para Marx na sua teoria do mais-valor: ele se refere ao trabalho que compreende um *custo necessário* para o capital, o trabalho que deve ser pago (em salário) dos fundos do capital. É por isso que Marx se refere ao salário como “capital variável”. Há muito mais trabalho não remunerado – trabalho que não tem que ser pago pelo capital – que é necessário para a reprodução de uma sociedade capitalista.” (grifo dos autores)

Então agora tentaremos sistematizar de que forma participa o trabalho doméstico na definição de valor da força de trabalho, partindo do pressuposto que apresenta Vogel (2013) e uma série de teóricas feministas da reprodução social de que *o trabalho doméstico não produz valor*. Trata-se de questão chave, que suscitou (e ainda suscita) inúmeros debates dentro da teoria feminista e é pano de fundo para importantes polêmicas.

Se é verdade que o trabalho doméstico não produz valor/valor de troca, também é possível afirmar que produz valores de uso, e que estes são consumidos no ato de sua produção (VOGEL, 2013; ALBARRACÍN, 1988<sup>12</sup>). O trabalho de cozinhar produz a refeição que será comida, a limpeza da casa é para que seja habitada, o cuidado dos filhos é para que fiquem nutridos, socializados e cresçam saudáveis, e por aí em diante. Os produtos desses trabalhos não vão ao mercado.

Se olhamos para a sociedade de conjunto, há uma série de valores de uso sendo produzidos que tomarão a forma de mercadorias e entrarão na cesta básica das famílias trabalhadoras como parte de seu consumo individual. Entretanto, “parte dos valores totais de uso terá sido produzida por trabalhos realizados fora do mercado e com o propósito fundamental de atender diretamente às necessidades. Nesse caso, serão valores de uso que não possuem valor de troca.” (ALBARRACÍN, 1988, p. 2) São os produtos do trabalho doméstico.

Trata-se, portanto, de um trabalho gratuito, não-remunerado, que não participa do mercado capitalista e que, portanto, não pode ser considerado como trabalho abstrato. Trabalho abstrato é aquele que se pode abstrair seu caráter específico. Como o trabalho doméstico é um trabalho realizado de forma gratuita, não-remunerada, fora do mercado, também não pode ser tratado como trabalho assalariado produtivo nem trabalho assalariado improdutivo (como é o caso do trabalho no comércio, por exemplo, que realiza o mais-valor). O fruto deste trabalho não vai ao mercado, portanto não se transforma em um equivalente e dele não há como se tirar uma média social, um tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção.

No trabalho doméstico, não há troca e, portanto, não há mecanismo social que defina a "hora abstrata do trabalho doméstico". O que significa "uma hora de governanta"? Coisas muito diferentes, porque a tecnologia, os conhecimentos, os produtos e serviços a prestar, etc., que existem em cada família, no que se refere ao trabalho doméstico, são muito diferentes entre si e não há como comunicá-los. Não há mecanismo social que estabeleça a relação entre uma

---

<sup>12</sup> Todas as citações deste texto foram traduzidas pela autora.

hora de trabalho doméstico para a esposa de um operário e uma hora de trabalho doméstico para o engenheiro. (ALBARRACÍN, 1988, p. 4)

Na realidade, se aplicássemos uma média geral da capacidade tecnológica produzida em nosso tempo histórico para a realização de trabalho doméstico, atingiríamos uma quantidade de horas muito menor do que é a de fato gasta por uma família trabalhadora em média. Isso porque não há interesse para o capital em aumentar a produtividade das famílias (atingindo, possivelmente, uma melhor qualidade de vida) e tal condição é atravessada por relações de dominação e ideologia patriarcal, fazendo com que as mulheres gastem muito mais horas dos seus dias na manutenção da subsistência das e dos trabalhadores do que o nível de avanço tecnológico atingido nos exigiria (ALBARRACÍN, 1988). Portanto, não é possível falar em trabalho abstrato socialmente exigido ou genericamente em critérios de eficácia social no caso do trabalho doméstico.

Evidente que é possível realizar as tarefas que compõe o trabalho doméstico tanto de forma capitalista contendo valor de troca (como um restaurante que vende refeições) como de forma estatal através de trabalho improdutivo assalariado (como uma creche pública que cuida de crianças)<sup>13</sup>, para citar apenas um exemplo de cada. É verdade que algumas funções seriam praticamente insubstituíveis, como a reprodução biológica e a construção de laços sentimentais necessárias também à reprodução social; de qualquer forma, o trabalho doméstico acaba por comportar muito mais atividades.

Mas então, retomando a questão, como podemos relacionar trabalho doméstico com o valor da força de trabalho? Ainda que não produza valor, é possível afirmar que *sem o trabalho doméstico não seria possível a produção de valor e a apropriação de mais-valor pelo capital*. Há um trabalho social total que produz a riqueza em nossa sociedade, em que a produção e circulação de mercadorias é uma parte, e o trabalho doméstico das mulheres com sua produção de valores de uso, é outra. Podemos chegar à conclusão de que o trabalho doméstico, já que não produz valor de troca e se dá fora da esfera do mercado capitalista, não é regido, *diretamente*, pela lei do valor. Isso significa que qualquer transposição mecânica dos conceitos que explicam o trabalho assalariado para explicar o trabalho doméstico resultaria em um erro (ALBARRACÍN, 1988). Nesse sentido, Albarracín (1988) não nomeia o trabalho doméstico como um componente do trabalho necessário, como o faz Vogel em 1983. Além de ser uma necessidade ao capital,

---

<sup>13</sup> Nesse caso, estaríamos falando das outras dimensões onde ocorre a reprodução social da força de trabalho, e não dentro dos domicílios de famílias trabalhadoras, como é o objeto de nossa análise.

o trabalho doméstico incide na definição do valor da força de trabalho e na apropriação de mais-valor pelo capital.

Ninguém obtém mais-valia do trabalho de determinada mulher em casa, mas *o sistema como um todo pode aumentar a massa total da mais-valia graças ao trabalho doméstico de todas elas*. Assim, o trabalho doméstico não é regulado pela lei do valor, mas, como quase tudo - no modo de produção capitalista, não é independente dele. (ALBARRACÍN, 1988, p. 5, grifo nosso)

É possível afirmar, portanto, que ainda que o mais-valor não seja extraído diretamente do trabalho doméstico, se levamos em conta a sociedade como um todo, há uma relação indissociável entre trabalho doméstico, trabalho assalariado e a produção de mais-valor (ALBARRACÍN, 1988, p. 5) É fundamental estabelecer essa *relação indireta, porém imprescindível*, do trabalho doméstico com a produção de mais-valor. Assim como a produção e reprodução social são momentos distintos, mas uma unidade contraditória e indivisível na totalidade do sistema capitalista, também o são o trabalho assalariado produtivo, improdutivo e o trabalho doméstico. Ainda que este último se realize fora da esfera da geração ou (em parte) da realização do mais-valor<sup>14</sup>, sem ele o processo de acumulação do capital não se dá, portanto ainda que possua uma relação indireta com o capital e a lei do valor, não é independente dele. Dito em outras palavras: *o capital depende do trabalho doméstico*. Como Marx disse, se trata da produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista: o próprio trabalhador.

Já que percebemos essa relação estrutural de dependência indireta entre capital/valor e trabalho doméstico, queremos agora investigar *de que forma* isso se dá. Ainda que seja difícil perceber ou impossível mensurar a implicação do trabalho doméstico para a lucratividade de um capitalista na relação direta com seus trabalhadores, do ponto de vista da totalidade social o capitalismo se utiliza do trabalho doméstico como forma de reduzir o valor da força de trabalho e ampliar o mais-valor. Levantaremos, aqui, três processos fundamentais de como isso se dá na realidade.

#### **a) Intensificação do trabalho doméstico**

Para o capitalismo como um todo, o trabalho doméstico torna o trabalho assalariado necessário para manter o padrão de vida dos trabalhadores e suas famílias inferior ao que seria exigido em sua ausência (ALBARRACÍN, 1988, p. 5). Ou seja, se

---

<sup>14</sup> O consumo individual dos meios de subsistência dos trabalhadores relaciona o trabalho doméstico com a circulação de mercadorias, contribuindo para a realização do mais-valor.

dentro do que se calcula como meio de subsistências necessários para a reprodução do trabalhador está incorporado a compra de comidas prontas, reduz-se um imenso tempo de trabalho da mulher em prepará-las todos os dias. A existência de um trabalho gratuito é, portanto, parte da determinação do valor da força de trabalho calculado por questões históricas e morais de um dado país/região. Quanto mais processos e/ou mais rápido a mulher seja capaz de fazer as tarefas domésticas no lar, menor poderá ser o valor da força de trabalho, já que substituiria meios de subsistência que seriam consumidos por trabalhos gratuitos da mulher. Essa forma de redução do valor da força de trabalho pode parecer contraditória com as outras duas, mas na medida em que o capital é capaz de combiná-las, torna-se um componente a mais de sobrecarga de trabalho das mulheres e piores condições de reprodução da vida.

#### **b) Aumento da exploração da força de trabalho feminina**

Se a mulher trabalhadora é liberada de processos do trabalho doméstico (como a introdução de eletrodomésticos, a utilização de creches para os cuidados dos filhos ou, podemos acrescentar, quando mulheres brancas terceirizam as tarefas domésticas remunerando outras mulheres, normalmente negras), o capital ganha incorporando à produção força de trabalho feminina. Por conta das desigualdades impostas pela diferença de gênero e raça, ao capital interessa a exploração dessa força de trabalho por sua capacidade de retirar-lhe uma taxa de mais-valor superior que a outras camadas da classe trabalhadora, e assim rebaixar o valor da força de trabalho de conjunto.

Com efeito, para manter e reproduzir a mesma família, antes era necessário um dia de trabalho assalariado e, com a incorporação da mulher à atividade comercial, são realizados dois. Isso significa que mais horas de trabalho são pagas para obter os mesmos bens que constituem o valor da força de trabalho. Dessa forma, o capital poderá reduzir a proporção da jornada de trabalho que os trabalhadores utilizam para reproduzir os meios de sua própria existência, o que, conseqüentemente, se traduzirá em aumento da mais-valia. (ALBARRACÍN, 1988, p. 7)

Não só o capital ganha em explorar outra parcela da força de trabalho, mas se utiliza da naturalização das tarefas domésticas enquanto femininas mantendo no mesmo nível o trabalho que realizam em casa. Amplia-se, assim, o uso intensivo de dupla jornada, além de possibilitar o rebaixamento do valor do conjunto da força de trabalho.

#### **c) Mercantilização do trabalho doméstico e da reprodução social da vida**

Há mais uma forma que o capital pode se beneficiar: a ampliação do consumo das famílias, contribuindo para a criação de novas necessidades e a realização do mais-valor de outras mercadorias. Em outras palavras, a crescente mercantilização da reprodução social da vida. Mas diante disso, podemos nos perguntar: uma mulher que deixa de lavar as roupas à mão e compra uma máquina de lavar, ou substitui uma horta por compras no supermercado, não pode fazer com que o valor da força de trabalho aumente, já que acrescentaria meios de subsistência necessários à sua reprodução? Hipoteticamente, sim, e se formos comparar historicamente, é evidente que a tecnologia, os eletrodomésticos e alguns serviços contribuem muito para a otimização do trabalho doméstico, mesmo que sirva também como esferas de acumulação do capital. Porém, a tendência do capitalismo é se utilizar disso para ampliar a produtividade do trabalho e a taxa de exploração da classe trabalhadora, então não necessariamente a liberação de tempo e otimização do trabalho resulta em uma melhoria das condições de vida. Normalmente, não. “Um aumento da produtividade nas indústrias que produzem bens para os trabalhadores implica uma redução no valor da força de trabalho, ou seja, uma desvalorização do trabalho assalariado.” (ALBARRACÍN, 1988, p. 7)

Há uma série de outros vetores que impactam nessa dinâmica, como as diferenças geopolíticas, o desenvolvimento desigual e combinado entre países imperialistas e de capitalismo dependente, os avanços e retrocessos em termos de políticas sociais garantidos pelo Estado, quais serviços públicos se tem acesso a depender da região da cidade ou do campo em que se vive, os períodos de crise e de crescimento econômico, e um longo etc. Entretanto, é possível afirmar que há uma tendência combinada entre mercantilização da vida e aumento da produtividade do trabalho que impõe consequências diretas na forma e no ritmo que será realizado o trabalho doméstico, resultando quase sempre numa sobrecarga e degradação da vida das mulheres. Esta tendência, após décadas de neoliberalismo, tem ficado cada vez mais clara, e é o que Nancy Fraser (2020) nomeia de “crise da reprodução social”, nos marcos de uma crise sistêmica do capital.

Podemos concluir que o trabalho doméstico se relaciona de diversas formas com a determinação do valor da força de trabalho e a acumulação de capital, estabelecendo entre eles uma relação de tensão, de *dependência relutante*, expressão da unidade contraditória entre produção e reprodução social. Ao mesmo tempo que precisa ampliar o valor excedente e reduzir o valor da força de trabalho ao máximo, o capital não pode

abrir mão, por completo, da regeneração e reposição geracional da força de trabalho ou ainda, podemos adicionar, do controle ideológico sobre a classe trabalhadora. Que passa por reforçar constantemente a naturalização e responsabilização da mulher pelo trabalho doméstico.

Do ponto de vista do capital, o trabalho doméstico é simultaneamente indispensável e um obstáculo para a acumulação. A longo prazo, a classe capitalista procura estabilizar a reprodução da força de trabalho, a um custo baixo e com um mínimo de trabalho doméstico. Ao mesmo tempo, a classe trabalhadora, como uma força unificada ou fragmentada em setores em competição, empenha-se em conquistar as melhores condições possíveis para sua renovação, o que pode incluir um tipo e nível particular de trabalho doméstico. (VOGEL, 2018, p. 163)

A família é a unidade mais barata e estável para a reprodução da força de trabalho (ARRUZA; BHATTACHARYA, 2020) e, por isso, deve ser preservada estrategicamente pelo capital. Por isso há uma ofensiva ideológica tão forte e uma naturalização tão enraizada dos papéis sociais das mulheres e dos homens, das/os brancas/os e negras/os, do disciplinamento das crianças, da noção de herança e propriedade, traduzidos em inúmeras leis e instituições.

Portanto, trabalho doméstico não produz valor, e estabelece uma relação *indireta, porém imprescindível* com a produção de valor e a apropriação de mais-valor pelo capital. É através do processo histórico, da definição de padrões de exploração, do nível de civilização e da luta de classes, que essa dependência contraditória se expressa como um constante *cabo de guerra* entre produção e reprodução social, ou entre “produção de lucro” e “produção de vida” em que, nesta metáfora, a mulher trabalhadora pode ser compreendida como o próprio cabo.

## **O “emprego doméstico” no capitalismo**

Agora que já conseguimos definir o *status* teórico do trabalho doméstico, como podemos analisar o trabalho doméstico remunerado, realizado por uma mulher, normalmente negra ou imigrante, na casa de famílias, normalmente brancas? Seria, esse sim, um trabalho realizado sob bases capitalistas, já que se trata de trabalho assalariado? Podemos dizer que o trabalho da “empregada doméstica” produz valor?

Assim como Vogel (2013), Saffioti (1979) e Angela Davis ([1981] 2016)

consideram o trabalho doméstico como uma atividade fora da esfera da produção capitalista. Davis (2016) afirma que, na medida que a Revolução Industrial separou estruturalmente a economia doméstica da economia pública, as tarefas domésticas se relacionam com a produção no sentido de uma *pré-condição* (DAVIS, 2016, p. 236). Saffioti (1979), no mesmo sentido, reafirma o papel do trabalho doméstico para a reprodução social da força de trabalho, tanto o gratuito quanto o que chama de “emprego doméstico”, além de ser marcadamente determinado por questões de gênero e raça.

Trate-se, pois, de trabalho gratuito ou de trabalho remunerado, o serviço doméstico constitui *sempre* tarefa feminina. E verdade que sob o capitalismo periférico a liberação de certos contingentes femininos dos trabalhos domésticos faz-se às expensas do sacrifício de outras mulheres, ou sejam, as empregadas domésticas. Trata-se de maneiras diferentes de realização histórica da sociedade de classes. O que permanece constante, independente do grau de desenvolvimento do capitalismo, é a injusta divisão do trabalho segundo o sexo, que destina aos homens a esfera pública da economia e às mulheres o mundo restrito da família e da residência. (SAFFIOTI, 1979, p. 44-45)

Ao abordar o papel de empregadas domésticas que substituem as donas-de-casa para que estas outras mulheres possam se colocar como força de trabalho no mercado capitalista, realidade muito comum no Brasil com uma imensa maioria de mulheres negras trabalhando em residências de famílias brancas, Saffioti (1979) chama a atenção que esta trabalhadora sofre uma exploração mediada pela exploração específica do modo de produção capitalista a qual a sua patroa é alvo, integrando-se a ele na medida em que cria as condições para a sua plena reprodução, podendo ser considerada como uma trabalhadora “superexplorada” (SAFFIOTI, 1979, 42). Como complemento a esse raciocínio, podemos incluir o que Davis (2016) afirma de que as mulheres negras, “embora raramente tenham sido ‘apenas donas de casa’, sempre realizaram tarefas domésticas. Dessa forma, carregaram o fardo duplo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas” (DAVIS, 2016, p. 233). Ela continua:

As enervantes obrigações domésticas das mulheres em geral oferecem uma flagrante evidência do poder do sexismo. Devido a intrusão adicional do racismo, um vasto número de mulheres negras teve de cumprir as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras mulheres. E com frequência as exigências do emprego na casa de uma mulher branca forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e até mesmo suas próprias crianças. Enquanto empregadas remuneradas, elas eram convocadas a ser mães e esposas substitutas em milhões de casas de famílias brancas. (DAVIS, 2016, p. 239)

Ou seja, além de cumprir as tarefas de reprodução social de outra família como

um trabalho remunerado para possibilitar que as mulheres que as empregam trabalhem fora de casa, as mulheres negras ainda acumulam as tarefas gratuitas de reprodução social das suas próprias famílias, que muitas vezes acabam negligenciadas, sendo “superexploradas” e carregando um “duplo fardo” do trabalho de reprodução social.

Saffioti (1979) argumenta que esta trabalhadora não faz parte do contingente de trabalhadores produtivos ou improdutivos que produzem ou realizam, na esfera da produção e circulação, o mais-valor para o capital. Sua explicação é extremamente clara:

A escrava e a serva realizavam serviços domésticos na residência do senhor sem retribuição pecuniária. O salariedade neste ramo de atividade nasceu, portanto, com o capitalismo. Todavia, as atividades desenvolvidas por empregadas domésticas em residências particulares não estão organizadas em moldes capitalistas, não se caracterizando como capitalistas. Tais trabalhadoras não estão subordinadas diretamente ao capital, mas são remuneradas com renda pessoal. Os mesmos serviços domésticos realizados em bares, restaurantes, hotéis, incluem-se no setor capitalista da economia, subordinando seus agentes diretamente ao capital. Esta diferença é crucial para caracterizar as atividades das empregadas domésticas como não capitalistas, ainda que tenham sido engendradas pelo capitalismo. Mesmo que haja um contrato de trabalho, verbal ou escrito, as empregadas domésticas executam tarefas cujo “produto”, bens e serviços, é consumido diretamente pela família empregadora, não circulando no mercado para efeito de troca e com objetivo de lucro. Não se mobiliza capital para este tipo de emprego; mobiliza-se renda pessoal ou dinheiro gasto como renda. (SAFFIOTI, 1979, p. 32)

Ainda que tenham sido “engendradas pelo capitalismo”, Saffioti (1979) compara, do ponto de vista da *natureza* do trabalho, o trabalho doméstico gratuito da “dona de casa” e o trabalho assalariado da empregada doméstica, ao mesmo tempo que diferencia este do restante de trabalhos assalariados produtivos e improdutivos do capitalismo. Do que os unifica, argumenta que o trabalho doméstico, seja o gratuito ou o assalariado, produz apenas valores de uso para o consumo imediato da família empregadora, ou seja, não produz mercadorias que serão comercializadas, os seus produtos não contêm valor de troca: não se mobiliza capital para a realização destes trabalhos. E do que os diferencia, no caso do emprego doméstico, não se trata de uma tarefa gratuita, mas de um trabalho assalariado, porém que é pago através de renda pessoal dentro de uma instituição, a família, que é incapaz de converter dinheiro em capital. Assim, “as atividades domésticas, sejam elas desempenhadas gratuitamente ou mediante o pagamento de um salário, contribuem para a produção de uma mercadoria especial – a força de trabalho”, ainda que essa produção não se faça em moldes capitalistas (SAFFIOTI, 1979, p. 42). Davis (2016) vai argumentar que como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico ficou naturalmente definido como uma atividade inferior em comparação com o trabalho

assalariado capitalista (DAVIS, 2016, p. 230), o que corrobora com a ideia de que são trabalhos que não mobilizam capital e ajuda a explicar a grande concentração de mulheres negras trabalhando em condições precárias.

A empregada doméstica serve ao sistema capitalista na medida em que cria as condições para sua plena reprodução. E como argumenta Davis (2016), ao capitalismo não é interessante redefinir a natureza do trabalho doméstico, porque a socialização e industrialização das tarefas domésticas implicaria amplos subsídios governamentais, a fim de garantir que se torne acessível às famílias da classe trabalhadora, para as quais a necessidade desse serviço é mais evidente (DAVIS, 2016, p. 226). Portanto, seguem como atividades gratuitas feitas por mulheres, e como emprego precário pago por renda familiar, muitas vezes sem contrato, jornada de trabalho definida, direitos estabelecidos e sequer um piso salarial, para um grande contingente de mulheres negras e/ou imigrantes que são, ainda, obrigadas a acumular as funções domésticas não-remuneradas em suas próprias casas.

### **Trabalho doméstico é produtivo? Um debate com Silvia Federici**

Nem toda a teoria feminista defende a ideia de que o trabalho doméstico não produz valor. Neste tópico, abordaremos em linhas gerais, sem qualquer pretensão de esgotar o tema, os debates sobre trabalho doméstico a partir do diálogo entre a TRS e o outro tronco do feminismo da reprodução social.

A obra de Silvia Federici e a campanha “*Salários para o trabalho doméstico*”<sup>15</sup> trazem inúmeras contribuições para a teoria feminista, seja desnaturalizando o trabalho feminino da reprodução da força de trabalho, denunciando a construção ideológica machista do capitalismo, relacionando – como a autora faz em *Calibã e a bruxa* (2017) –

---

<sup>15</sup> A campanha *Wages for Housework* (Salários para o Trabalho Doméstico) desenvolveu-se a partir da década de 1970 como parte do movimento feminista efervescente da época, influenciado por teóricos do marxismo autonomista, tradição surgida em meados dos anos 1960 na Itália. De acordo com Ferguson (2020, p. 122, tradução livre): “Respondendo às falhas da liderança do Partido Comunista, e influenciados pela onda de lutas estudantis e feministas, os autonomistas passaram de um foco prioritário no local de trabalho para ver o capitalismo como um sistema totalizante que organiza todos os membros da sociedade (donas de casa, estudantes e desempregados junto com trabalhadores assalariados) na produção da riqueza de que então se apropria. Mario Tronti introduziu o termo “fábrica social” em seu livro de 1962, *Fábrica e Sociedade*, para captar a ideia de que o capital subordina toda a sociedade à lógica da acumulação. Maria Dalla Costa, Silvia Federici e outros impulsionaram a análise autonomista em uma direção feminista, enfatizando que a subsunção capitalista do trabalho não assalariado (por exemplo, o trabalho doméstico) requer, sustenta e molda a falta de liberdade das mulheres. A campanha do WfH também abraçou e desenvolveu ainda mais a estratégia política autônoma, que conclama os trabalhadores a recusar o trabalho.”

o processo de acumulação primitiva do capital com o controle dos corpos e do trabalho feminino – só para citar alguns exemplos. Em obras como o Patriarcado do Salário (2021) e o Ponto Zero da Revolução (2019a), Federici analisa o arcabouço da produção teórica de Marx de forma crítica, assumindo sua importância para a compreensão e superação da sociedade capitalista, mas também destacando suas lacunas e as razões do porquê, de acordo com a sua visão, Marx não deu centralidade a determinados debates. Fundamentalmente, os debates sobre gênero<sup>16</sup> e o trabalho não-remunerado das mulheres. Federici está interessada em compreender, para além do que Marx ignorou neste debate, a razão de tê-lo feito. Assim, ela levanta a seguinte hipótese:

Marx não teorizou a questão do trabalho doméstico, porque acreditava que, com o desenvolvimento da produção industrial, o número de mulheres empregadas nesse setor aumentaria. Ele também não percebeu a importância estratégica do trabalho reprodutivo, em todas as dimensões (trabalho doméstico e sexual, procriação), para a reprodução da mão de obra e como terreno de luta da classe trabalhadora. (FEDERICI, 2021, p. 63)

Mais à frente, no mesmo texto, ela segue com seu raciocínio:

Proponho que Marx tenha ignorado o trabalho doméstico por este não ser uma “atividade livre”, no sentido que descrevi, sendo totalmente contaminado pela necessidade da sobrevivência, nem uma atividade capaz de nos libertar do trabalho, parecendo, pelo contrário, uma forma arcaica de trabalho, uma herança rudimentar das sociedades pré-capitalistas, prestes a ser suplantada pelo progresso da industrialização. (FEDERICI, 2021, p. 78)

Ou seja, em sua visão Marx não só não considera o caráter estratégico do trabalho reprodutivo, quanto o faz por considerá-lo arcaico, “uma herança rudimentar das sociedades pré-capitalistas” que seria superado pela industrialização. Federici (2019a; 2019b<sup>17</sup>; 2021), portanto, compartilha com outras autoras e representantes do movimento feminista uma preocupação em dar centralidade ao trabalho não-remunerado das mulheres nas unidades familiares para o funcionamento do capitalismo. Nesse sentido, a demanda de salários para o trabalho doméstico exporia o fato de que este “já é dinheiro para o capital, que o capital ganhou e ganha dinheiro quando cozinhamos, sorrimos e transamos” (FEDERICI, 2019a, p. 48).

Para justificar essa defesa, Federici (2019a, p. 118) defende que o trabalho

---

<sup>16</sup> “Entendendo gênero como referência às relações de poder entre mulheres e homens e ao sistema de regras pelo qual são constituídas e impostas, as evidências mostram que “gênero” não é objeto de análise na crítica de Marx” (FEDERICI, 2021, p. 62).

<sup>17</sup> As citações deste texto foram traduzidas pela autora.

doméstico deve ser considerado como o trabalho de produzir e reproduzir a força de trabalho. Afirma, ainda, que este debate estaria para além da discussão se o trabalho doméstico é produtivo ou improdutivo, mas que serviu para redefinir “não apenas o trabalho doméstico, mas a natureza do próprio capitalismo e a luta contra ele” (FEDERICI, 2021, p. 81). Ou seja, a autora deixa claro que sua proposta está para além de um debate sobre valor e trabalho doméstico, rediscutindo a própria “natureza do capitalismo”. Ela afirma que é possível trabalhar com as categorias de Marx, mas reconstruindo-as, alterando

sua ordem arquitetônica para que o centro de gravidade não seja exclusivamente o trabalho assalariado e a produção de mercadoria, mas inclua a produção e reprodução da força de trabalho, sobretudo daquela parcela executada pelas mulheres em casa. Pois, ao fazermos isso, tornamos visível um terreno crucial de acumulação e luta, bem como toda a dimensão da dependência do capital em relação ao trabalho não remunerado e à duração da jornada de trabalho. (FEDERICI, 2021, p. 100).

Aqui nos parece, portanto, que diferente das autoras da TRS que compreendem produção e reprodução social como momentos determinados de uma mesma totalidade que tem como centro a extração de mais-valor, Federici (2021) inverte as hierarquias, trazendo para o centro da produção de riqueza social o trabalho reprodutivo das mulheres. Chamando de “terreno crucial de acumulação e luta”, ela coloca o trabalho doméstico não-remunerado no lugar central (ou, ao menos, comparando em termos de hierarquia, de importância, ao trabalho produtor de mercadorias) da produção de riqueza social. Argumenta que este trabalho “tão menosprezado, sempre aceito como algo natural e sempre rejeitado por socialistas como ultrapassado, tem sido, na verdade, o pilar da organização capitalista de trabalho” (FEDERICI, 2021, p. 81-82). E sua conclusão, diante desse fato, impõe uma consequência à luta das mulheres, que deveria ser travada “primeiro contra os homens de nossa própria família, uma vez que, por meio do salário deles, pelo casamento e pela ideologia do amor, o capitalismo fortaleceu o poder dos homens para supervisionar e comandar nosso trabalho não remunerado e disciplinar nosso tempo e nosso espaço” (FEDERICI, 2021, p. 82).

Apesar de afirmar que o debate vai além do questionamento sobre o caráter produtivo ou não do trabalho doméstico, Federici (2019b) se posiciona sobre o tema no sentido de afirmar seu caráter produtor de valor<sup>18</sup>, ainda que dê a categoria valor um

---

<sup>18</sup> Há algumas pesquisas que buscam, inclusive, quantificar o “valor” do trabalho doméstico e seu impacto sob os Produtos Internos Brutos dos diferentes países no mundo. Uma que ficou bastante conhecida foi a

sentido que, nos parece, se afasta daquele teorizado por Marx em *O Capital*, colocando-o em termos morais ou de importância/hierarquia e não de natureza da relação social que se estabelece. Diz ela que se trata de fato evidente “que aqueles que produzem os produtores de valor devem ser eles próprios produtivos daquele valor”, afirmando ainda que “a produção de valor não é um processo linear, mas que ocorre por meio de deslocamentos constantes, visto que o valor é mais frequentemente realizado não onde ele é produzido.” (FEDERICI, 2019b, p. 56). Aqui a autora reconhece, supostamente, que o valor não seria produzido no trabalho doméstico, porém refuta uma explicação que considera *linear* sobre a produção do valor, e que o fato dele ser realizado em outras esferas já autorizaria dizer que o trabalho contido nelas é produtivo. Os capitalistas, portanto, não apenas dependeriam do trabalho doméstico em uma relação indireta com a produção de valor, mas no sentido de uma relação de exploração direta entre capital e trabalho doméstico (FERGUSON, 2020, p.122).

Neste mesmo texto, Federici (2019b) reivindica a argumentação de Mezzandri (2019)<sup>19</sup> sobre o tema, que em artigo publicado na mesma revista nos dá uma pista do cerne da questão para as autoras:

A exclusão teórica de domínios e atividades de reprodução social da arena de geração de valor postula, implícita ou explicitamente, uma hierarquia de exploração, enquanto também constrói a categoria de "trabalho" em termos altamente desiguais, com base na forma de salário. (Mezzandri, 2019, p. 39)

Logo depois, ela diz:

Embora, sem dúvida, precisamos evitar teorias dualistas que conceituam capital e patriarcado como relações sociais autônomas, ao mesmo tempo, não podemos desenvolver qualquer teoria unitária do capitalismo baseada em entendimentos de valor que gerem outras dicotomias altamente problemáticas. (Mezzandri, 2019, p. 39)

Nesses trechos, fica claro que Mezzandri está defendendo uma compreensão de

---

pesquisa publicada em janeiro de 2020 realizada pela OXFAM, que chegou a conclusão de que o trabalho doméstico não-remunerado de mulheres adultas e adolescentes pode ser calculado em US\$ 10,8 trilhões. Ainda que possamos considerar positivo o esforço de quantificar em dinheiro o trabalho doméstico, é importante ressaltar que trata-se de um exercício com fins didáticos demonstrando que, caso esse trabalho fosse remunerado, valeria tal quantia. Esta pesquisa utilizou como critério, uma plena semana de trabalho de 40 horas semanais ou 173 horas mensais. A fórmula consistiu, portanto, em estimar o número total de horas por mês gastas em cuidados não remunerados de atividades, valorizando-o em termos de um salário mínimo mensal em tempo integral, multiplicando pelo número de mulheres com 15 anos ou mais e, finalmente, multiplicando por 12 para chegar a um número anual. (OXFAM, 2020)

<sup>19</sup> As citações deste texto foram traduzidas pela autora.

valor distinta da de Marx, que ao conceituar trabalho produtivo e improdutivo se preocupou em determinar a natureza das relações de trabalho com o capital, e nunca fazer uma implicação de hierarquia entre eles, ou de sujeito revolucionário. Mezzandri (p. 39) considera que a visão de que o trabalho doméstico não seria parte do trabalho produtivo recai em uma “fetichização do salário como valor e não como custo da força de trabalho” sendo uma compreensão produtivista da lei do valor. Nos parece que as autoras, preocupadas em não repetir o erro de uma determinada interpretação do marxismo que haveria uma relação de hierarquia entre trabalhos produtivos e o restante, ou em outras palavras, entre as lutas contra exploração e contra a opressão, reeditam a categoria de valor, dando-lhe um novo sentido. E mais, identificam tal equívoco nas obras do próprio Marx. Como se fosse uma escolha teórica excluir, ou não, da determinação de valor da força de trabalho as atividades reprodutivas não-remuneradas, e não uma conclusão, em base a uma rigorosa análise das relações sociais no capitalismo, de que é o capital, por condições históricas e estruturais, quem relega parte fundamental da reprodução social da força de trabalho ao trabalho doméstico realizado majoritariamente por mulheres.

No momento em que Federici (2021) inverte “a ordem arquitetônica de Marx” e utiliza a categoria de valor com outro sentido do que o expresso em *O Capital*, a autora se afasta da teoria marxiana e da estruturação lógica das feministas da TRS, já que sua construção teórica coloca “a reprodução da força de trabalho no centro da produção capitalista” (FEDERICI, 2021, p. 101).

Federici (2021) conclui, portanto, que a luta de classes é muito mais complexa do que supôs Marx, e que deve se iniciar, muitas vezes, pela família. Compreendendo que o trabalho doméstico produz a força de trabalho, compreende “as identidades de gênero como funções do trabalho e as relações de gênero como relações de produção, um ato que liberta as mulheres da culpa sofrida sempre que desejamos recusar o trabalho doméstico.” (FEDERICI, 2021, p. 102). Toda essa construção teórica acaba por uma conclusão com profundas implicações estratégicas, ao afirmar que “negar a produtividade do trabalho não remunerado é assumir que grande parte da população mundial é irrelevante para a acumulação de capital, o que significa que não pode alegar que a riqueza que o capitalismo produz também é fruto do seu trabalho.” Dessa forma fecha o seu raciocínio, afirmando que a única forma de reconhecer potencial revolucionário no trabalho não-remunerado de mulheres trabalhadoras seria considerando-o como trabalho produtivo, e a partir daí, lutando para que seja recompensado com salários.

Como já argumentamos nesse texto, reconhecer que o trabalho doméstico é parte

do trabalho que produz a riqueza em nossa sociedade não é a mesma coisa que o considerar como trabalho produtivo. E, portanto, chamar de trabalho todo o trabalho da reprodução social e perceber os mecanismos que articulam produção e reprodução social, é uma das mais importantes contribuições da TRS, já que alarga nossa compreensão de classe trabalhadora e as capacidades da luta de classes no enfrentamento ao capital. Por isso, não nos parece que haja uma vinculação entre trabalho produtivo e sujeito revolucionário – nem em Marx e nem na TRS. Tentam, dessa forma, resolver uma contradição que é própria do capitalismo: a de que o capital, para sua própria acumulação, é capaz de se utilizar de relações não-capitalistas, ou seja, de relações sociais sem identidade formal com a lógica do capital; de trabalhos que produzem apenas valores de uso e que, portanto, não podem ser considerados como trabalho abstrato. Como vimos anteriormente, o trabalho doméstico participa de forma *indireta, porém imprescindível*, no processo de produção de valor e mais-valor, mas ele em si mesmo não produz valor. Afirmar isso não é diminuí-lo, porque a melhor forma de dar importância a este trabalho tão determinante para o funcionamento do capitalismo é identificar de que forma, *de fato*, ele se relaciona com o processo de acumulação e reprodução do capital.

Ainda assim, podemos debater do ponto de vista político se a remuneração do trabalho doméstico pode ser considerada uma saída de libertação e reconhecimento do fardo que representa o trabalho doméstico realizado gratuitamente pelas mulheres trabalhadoras, ou não. Sobre essa discussão, Davis (2016) argumenta, em primeiro lugar, que *“faxineiras, empregadas domésticas, arrumadeiras – são essas as mulheres que sabem melhor do que ninguém o que significa ser remunerada pelas tarefas domésticas.”* (DAVIS, 2016, p. 238). A verdade é que uma grande parte das mulheres negras e imigrantes em geral já são trabalhadoras domésticas remuneradas.

A ideia de um pagamento para as donas de casa provavelmente soaria bastante atraente a muitas mulheres. Mas é possível que a atração durasse pouco. Pois quantas dessas mulheres teriam o desejo real de se reconciliar com incumbências domésticas debilitantes e intermináveis em troca de um salário? Poderia um salário alterar o fato de que, como disse Lenin, “as insignificantes e mesquinhas tarefas domésticas esmagam, estrangulam, embrutecem e humilham [a mulher], aprisionam-na à cozinha e ao quarto das crianças e desperdiçam seu trabalho em uma lida brutalmente improdutiva, insignificante, exasperante, embrutecedora, esmagadora”? Seria como se os pagamentos feitos pelo governo às donas de casa acabassem por legitimar ainda mais essa escravidão doméstica. (DAVIS, 2016, p. 238)

Ainda que Federici (2021) afirme que a reivindicação não é no sentido material do salário, mas como denúncia e afirmação da centralidade do trabalho doméstico para a

produção da força de trabalho, não há como negar que a proposta tem consequências práticas. Davis (2016) propõe como saída, por outro lado, a abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres, a partir da sua socialização e industrialização (DAVIS, 2016, p. 244). A capacidade, entretanto, de transformar radicalmente a natureza das tarefas domésticas pressupõe colocar um fim ao domínio do desejo de lucro sobre a economia, já que pouco interessa ao capital qualquer melhoria das condições de reprodução da vida da classe trabalhadora.

Susan Ferguson (2020) aprofunda em seu livro recém lançado *Women and Work: Feminism, Labour and Social Reproduction*<sup>20</sup>, a explicação dos debates no interior do que considera duas diferentes orientações teóricas do feminismo da reprodução social, sendo uma que ficou conhecida como TRS e que ela chama de escola marxista, e a outra identificada com a campanha “Salários para o Trabalho Doméstico” (*Wages for Housework – WfH*). E assim, afirma que o raciocínio de Federici defende que

se os trabalhadores param de se envolver em trabalho “produtivo” (isto é, se eles param de criar valor), eles privam o capital de seu sangue vital. E porque todo trabalho é “produtivo” - porque, como afirma Federici, “cada momento de nossas vidas funciona para a acumulação de capital” - recusar o trabalho doméstico e o trabalho social reprodutivo concebido de forma mais ampla também impede a criação de valor. A campanha WfH, portanto, convocou as mulheres a fazer exatamente isso, a se afastar do trabalho doméstico. Ela vinculou essa estratégia à demanda salarial como meio de enfatizar o valor do trabalho doméstico e à impossibilidade de sua remuneração total em um sistema capitalista. (FERGUSON, 2020, p. 122, tradução livre)

Não é possível aqui aprofundar as diferentes saídas para o problema que as duas vertentes do feminismo da reprodução social defendem. Apenas em linhas gerais, é possível indicar que, ainda que ambas compreendam a centralidade do trabalho de reprodução social e seu potencial anticapitalista, é importante que se leve em consideração a natureza dos trabalhos em sua relação mais ou menos direta com o capital, e a necessária articulação entre as lutas na produção e na reprodução social. Precisoões teóricas nesse terreno levam a consequências importantes em como iremos organizar nossas estratégias de luta<sup>21</sup>.

## Referências bibliográficas

---

<sup>20</sup> Em tradução livre: “*Mulheres e Trabalho: feminismo, trabalho e reprodução social*”.

<sup>21</sup> Sobre isso, ver mais em Ferguson (2020).

ALBARRACIN, J. *El trabajo doméstico y la ley del valor*. Impreacor, Madrid, Tema nº. 63, 1988.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. *Teoría de la Reproducción Social: Elementos fundamentales para un feminismo marxista*. Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda, n. 16, p. 37-69, 22 mar. 2020.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S.; SALVADOR, E. (orgs.). *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2012.

BENSAID, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. S.Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

\_\_\_\_\_. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019a.

\_\_\_\_\_. *Social reproduction theory: History, issues and present challenges*. In: Radical Philosophy, p. 55-57, 2019b.

\_\_\_\_\_. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo, volume 1*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERGUSON, Susan. *Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa*. Cadernos Cemarx, Campinas, n. 10, 2017.

FERGUSON, Susan; McNally, David. *Capital, força de trabalho e relações de gênero*. Revista Outubro, n. 29, 2017.

FERGUSON, Susan. *Woman and Work*:

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Economistas), 1982.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Difel, 1984.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MEZZADRI, Alessandra. *On the value of social reproduction: Informal labour, the majority world and the need for inclusive theories and politics*. Radical Philosophy 2.04, p. 33-41, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego doméstico e capitalismo*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979.

VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of woman*. Boston: Brill, 2013.